

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA**www.pompeia.sp.gov.br - pmp@pompeia.sp.gov.br

Rua Dr. José de Moura Resende 572 – Caixa Postal n.º 1 – CEP 17580-000 – Fone/Fax (14) 34051500

LEI Nº 3.306, DE 2 DE JULHO DE 2025

(Projeto de Lei nº 51/2025, de autoria do Vereador Vanderlei Ribeiro dos Santos - NOVO)

Altera a Lei nº 2.502, de 9 de abril de 2013, para incluir a vedação à nomeação de condenados nos termos do Título VII, Capítulo I, Seção II, Dos Crimes em Espécie, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para cargo em comissão no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo e das autarquias do Município de Pompeia.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Pompeia aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 2.502, de 9 de abril de 2013, para incluir a vedação à nomeação de condenados nos termos do Título VII, Capítulo I, Seção II, Dos Crimes em Espécie, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para cargo em comissão no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo e das autarquias do Município de Pompeia.

Art. 2º O artigo 1º da Lei nº 2.502, de 9 de abril de 2013, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea "I" ao inciso III:

"Artigo 1º ...

...
I) de crimes cometidos contra crianças e adolescentes, nos termos da nos termos do Título VII, Capítulo I, Seção II, Dos Crimes em Espécie, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Pompeia, 2 de julho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrada na Secretaria do Gabinete, afixada e publicada no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

LEI Nº 3.307, DE 2 DE JULHO DE 2025

(Projeto de Lei nº 38/2025, aprovado na forma do Substitutivo nº 01/2025, de autoria dos Vereadores Carlos Eduardo Schmidt Andrade (Republicanos), Luís Guilherme Bonfim Siqueira (PODE), Nilson Fernandes da Silva (PSD), Plínio José Arf Leal (PODE), Sidney Shiro de Souza (NOVO), Vanderlei Ribeiro dos Santos (NOVO) e Willian Inácio de Souza (PODE))

Dispõe sobre a obrigatoriedade de cláusula contratual que proiba expressamente a promoção de apologia ao crime, ao uso de drogas e à violência contra mulher em shows e eventos abertos ao público infantojuvenil nos contratos celebrados pela Administração Pública, e dá outras providências.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Pompeia aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º É dever do Município assegurar, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, garantindo condições adequadas para seu desenvolvimento com dignidade, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º O direito a cultura previsto no art. 4º da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 deve atender ao princípio de melhor interesse da criança e do adolescente, para sua proteção integral.

Art. 3º Nas minutas dos contratos celebrados entre a Administração Pública Municipal e os artistas para a realização de shows e eventos acessíveis ao público infantojuvenil, deverá constar cláusula proibindo expressamente manifestações de apologia ao crime, ao uso de drogas e à violência contra a mulher, bem como qualquer ação indecorosa quanto ao corpo da mulher, da criança e do adolescente.

Parágrafo único. O descumprimento da cláusula mencionada, devidamente atestado e comprovado, ensejará a rescisão imediata do contrato, aplicação de sanções administrativas e multa correspondente a cem por cento do valor contratual, a qual será destinada ao financiamento de ações voltadas à educação básica pública.

Art. 4º É vedado à Administração Pública patrocinar, divulgar ou apoiar artistas que promovam, em seus shows e eventos, expressões de apologia ao crime, ao uso de drogas e à violência contra a mulher, bem como qualquer manifestação ilícita ou indecorosa quanto ao corpo da mulher, da criança e do adolescente.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 2 de julho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrada na Secretaria do Gabinete, afixada e publicada no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

LEI Nº 3.308, DE 2 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre a limpeza de terrenos, construções de muros e passeios.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Pompeia aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Constitui obrigação dos proprietários ou possuidores, ou titulares do domínio útil, sob qualquer título, de imóveis no perímetro urbano:

I - manter limpos;

a) terrenos baldios;

b) terrenos com construções inacabadas ou abandonadas;

II - construir, reformar e conservar o revestimento do passeio;

III - construir muros, no mínimo, com 50 cm (cinquenta centímetros) de altura, ao menos na face frontal do lote, junto ao passeio, em terrenos sem construção.

Parágrafo único - Não serão permitidas ervas daninhas e gramíneas com altura superior a 20 cm (vinte centímetros).

Art. 2º Ficam proibidas as seguintes práticas e meios para a capinação e limpeza dos terrenos de que trata o "caput" do artigo anterior:

I - capina química não autorizada pelos órgãos competentes;

II - emprego de fogo.

Art. 3º É proibido depositar ou descarregar qualquer espécie de lixo, inclusive detritos de qualquer natureza, em terrenos localizados nas áreas urbanas e de expansão urbana do município, mesmo que os referidos terrenos estejam devidamente fechados.

Art. 4º Constitui infração de natureza administrativa, o descumprimento das obrigações previstas nos artigos antecedentes, sujeitando o proprietário, possuidor ou titular do domínio útil do imóvel, à multa correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) do valor venal do imóvel.

§ 1º Em caso de reincidência a multa prevista no "caput" será aplicada em dobro.

§ 2º Para fins da presente lei considera-se reincidência a prática de nova infração no período de até 5 (cinco) anos contados do pagamento da multa antecedente.

Art. 5º Constatada a infração ao disposto nos artigos 1º, 2º e 3º será lavrado o competente auto de infração para imposição da penalidade da multa prevista no artigo 4º, ao proprietário, possuidor ou titular do domínio útil do imóvel.

Art. 6º Do auto de infração deverão constar:

I - local, dia e hora da autuação;

II - descrição sumária do fato;

III - valor da multa;

IV - nome do proprietário, possuidor ou titular do domínio útil;

V - nome do fiscal;

VI - foto do terreno ou da infração constatada, podendo ser retirada da

Valor da publicação: R\$ 30,24.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016.

área externa do terreno ou de partes cuja visibilidade seja acessível da via pública ou de fácil visualização por qualquer transeunte;

VII - foto do interior do terreno, casa ou qualquer outra construção desde que autorizada a entrada pelo proprietário do terreno ou, na falta deste, do residente, posseiro ou qualquer que exerça de forma pública e notória o gerenciamento ou qualquer outro ato análogo ao de proprietário.

Parágrafo único – Fica dispensada a autorização de entrada no terreno quando for constatada violação que gere grave risco à saúde ou à segurança dos transeuntes, vizinhos, vegetação nativa, rios ou outros cursos de água doce, calçadas, galerias de coleta de água e esgoto, asfalto ou qualquer outro material que componha as ruas ou outras vias públicas ou passagem concedida para pessoas, animais ou veículos transitarem.

Art. 7º O infrator, mediante defesa escrita, poderá impugnar o auto de infração no prazo de (sete) dias contados da notificação.

Art. 8º A impugnação será dirigida ao Diretor de Tributação, a quem competirá o julgamento em 1ª (primeira) instância e deverá conter:

I - a qualificação do interessado, número do contribuinte no cadastro respectivo, endereço para intimações e certidão de atualização de dados cadastrais de todos os terrenos que o contribuinte for proprietário, independentemente da modalidade de propriedade, posse ou domínio útil;

II - matéria de fato ou de direito em que se fundamente;

III - as provas do alegado e a indicação das diligências que pretendam, sejam efetuadas com os motivos que a justifiquem;

IV - o pedido formulado de modo claro e preciso.

Art. 9º A autoridade julgadora determinará de ofício a realização das diligências que entender necessárias, fixando o prazo de 5 (cinco) dias para a sua efetivação.

Art. 10. Completada a instrução do processo, a autoridade julgadora decidirá sobre a procedência ou improcedência da impugnação, por escrito, com redação clara e precisa, dentro do prazo de 5(cinco) dias.

Art. 11. A intimação da decisão será feita no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 12. Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário ao Secretário de Administração e Governo, dentro do prazo de 3 (três) dias contados da intimação da decisão de primeira instância.

Art. 13. O Secretário de Administração e Governo decidirá de forma definitiva no prazo de 5 (cinco) dias, podendo o prazo ser prorrogado por uma única vez.

Art. 14. Aplicada a pena de multa sem que o proprietário, possuidor ou titular do domínio útil tenha regularizado a situação do imóvel, no prazo de 7 (sete) dias, a Prefeitura Municipal executará os serviços, correndo as despesas por conta do proprietário ou possuidor do imóvel.

Parágrafo único - A capinação e a limpeza poderão ser feitas diretamente pela Prefeitura ou por delegação a terceiro, havendo sempre um acréscimo, sobre o custo, de 20% (vinte por cento), a título de administração, a ser pago pelo proprietário do imóvel.

Art. 15. Fica o Prefeito Municipal autorizado a regulamentar a aplicação desta Lei mediante edição de Decreto.

Art. 16. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 17. Revoga-se a Lei nº 2.595, de 09 de junho de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 2 de julho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrada na Secretaria do Gabinete, afixada e publicada no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.421, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Autoriza a devolução do Box “C” do Terminal Rodoviário “Manoel Lopes Faléco”.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a devolução do Box “C” do Terminal Rodoviário “Manoel Lopes Faléco”, situado na Rua João da Costa Vieira, s/n, requerida por Maria Elizabeth Botter Martins, portadora da cédula de identidade RG nº X.360.XXX-SSP/SP e CPF/MF nº XXX.491.088-XX.

Art. 2º Fica o setor competente autorizado a proceder o distrato do contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Pompeia e a permissionária.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.440, de 12 de agosto de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 18 de junho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume e na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.422, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Autoriza a permissão de uso de bem público em favor de SANTOS E BOTTER LTDA.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizado, nos termos do §7º, artigo 71 da Lei Orgânica do Município, a permissão de uso do Box "C" do Terminal Rodoviário Manoel Lopes Faléco, localizado na Rua João da Costa Vieira, s/nº, em favor de Santos e Botter Ltda., pessoa

jurídica inscrita no CNPJ sob nº 55.271.241/0001-67, para fins de comércio varejista de alimentos.

Art. 2º Do termo de permissão de uso deverão constar, obrigatoriamente, dentre outras, as seguintes condições:

- a) Prazo de uso de 36 meses, a partir de 29 de maio de 2025, podendo ser rescindido o termo de permissão antes de findo esse prazo, conforme conveniência da administração;
- b) Utilização do imóvel para exclusiva finalidade comercial;
- c) Onerosidade da permissão de uso, conforme decreto vigente;
- d) Devolução do imóvel, por desvio de finalidade ou de interesse do Município, no prazo improrrogável de trinta dias após a notificação do permissionário;
- e) Devolução do imóvel, findo o prazo permitido, independentemente de aviso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 18 de junho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume e na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.423, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Aprova a Resolução nº 79, de 23 de junho de 2025, do Departamento de Higiene e Saúde, que dispõe sobre a transposição de recursos orçamentários e dá outras providências.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovada a Resolução nº 79, de 23 de junho de 2025, do Departamento de Higiene e Saúde de Pompeia, que dispõe sobre a transposição de recursos orçamentários e dá outras providências, consoante o art. 9º, da Lei nº 3.240, de 28 de junho de 2024, no valor de R\$ 520.000,00 (quinquinhentos e vinte mil reais), conforme classificação orçamentária abaixo especificada:

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.01 – ADMINISTRAÇÃO

10.122.0040.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HIGIENE E SAÚDE

09 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....R\$ 100.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.03 – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

10.302.0042.2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES / AÇÕES / SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE APS

32 – 3.3.90.30.00 Material de Consumo.....R\$ 100.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.04 – SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL

10.301.0041.2069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES / AÇÕES DA(S) ACADEMIAS DE SAÚDE

40 – 3.3.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R\$ 200.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.05 – ACACADEMIA DE SAÚDE

10.301.0041.2070-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES/AÇÕES/SERVIÇOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA

53 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....R\$ 30.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.08 – TRANSPORTE

10.303.0041.2071 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA

78 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....R\$ 50.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.10 – REDE DE SAÚDE MENTAL

10.302.0042.2074 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES / ATIVIDADES / SERVIÇOS DA REDE SAÚDE MENTAL (CAPS)

100 – 3.3.90.30.00.....R\$ 40.000,00

TOTAL.....R\$ 520.000,00

Art. 2º A cobertura da transposição de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 520.000,00 (quinquinhentos e vinte mil reais), sairá da anulação da dotação abaixo discriminada:

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.01 – ADMINISTRAÇÃO

10.122.0040.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HIGIENE E SAÚDE

04 – 3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais.....R\$ 100.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.03 – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

10.302.0042.2068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES / AÇÕES / SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE APS

38 – 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R\$ 100.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.04 – SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL

10.301.0041.2069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES / AÇÕES DA(S) ACADEMIAS DE SAÚDE

41 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.....R\$ 200.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.05 – ACACADEMIA DE SAÚDE

10.301.0041.2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES/AÇÕES/SERVIÇOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA

51 – 3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais.....R\$ 20.000,00

54 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R\$ 10.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.08 – TRANSPORTE

10.303.0041.2071 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA

76 – 3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais.....R\$ 30.000,00

77 – 3.1.90.16.00 – Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil.....R\$ 20.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.10 – REDE DE SAÚDE MENTAL

10.302.0042.2074 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES / ATIVIDADES / SERVIÇOS DA REDE SAÚDE MENTAL (CAPS)

102 – 3.3.90.30.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R\$ 40.000,00

TOTAL.....R\$ 520.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 23 de junho de 2025.

DOIGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.424, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a designação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, para o exercício do mandato de 23 de junho de 2025 a 22 de junho de 2027, nos termos do parágrafo 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 2.597, de 20 de julho de 2015, os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil abaixo relacionados:

I - PODER PÚBLICO:

a) Representante do Departamento de Higiene e Saúde - DHS

Titular: Aline Alexandrino da Silva Florian

Suplente: Roberto Mauro Borges

b) Representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

Titular: Rubens Chicarelli

Suplente: Vanessa Cordeiro de Lima Gonçalves

c) Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Rosana Hilsdorf da Silva

Suplente: Raquel Pereira Relvas Silva

d) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico

Titular: Patrícia Helena de Souza Salustiano

Suplente: Natalia Ferreira França

e) Representante da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Recreação e Turismo

Titular: Everton Pereira de Souza

Suplente: Rafael Florian Borges

II - SOCIEDADE CIVIL:

a) Representante de Entidade de Apoio à Pessoa com Deficiência

Titular: Jaqueline Pedroso de Oliveira

Suplente: Guilherme Chidichimo

b) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Titular: Wagner Ricardo Horio

Suplente: Tainá dos Santos Santana Chidichimo

c) Representante de Clube de Serviços

Titular: Delmer Buim Arena

Suplente: Humberto Saes Passarelli

d) Representante da Associação Comercial e Empresarial de Pompeia - ACE

Titular: Elisete Cassaro Yassuda

Suplente: José Peres Vicente

e) Representante de Entidades Religiosas

Titular: Aparecida de Jesus Chidichimo

Suplente: Marlene Ernandes Pires França

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 23 de junho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume e na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Diretora da Secretaria de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.425, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a substituição de membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados, para complementação de mandato até o dia 31 de dezembro de 2025, os representantes da Sociedade Civil para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

SOCIEDADE CIVIL:

Representante das Instituições de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes

Titular: (...)

Suplente: Irmã Marlene Medani

Representante das Instituições de Apoio as Pessoas Idosas

Titular: (...)

Suplente: Anelisia Aparecida dos Santos Silva

Art. 2º Ficam mantidos, até o final do mandato em 31 de dezembro de 2025, os demais membros constantes nos Decretos nº 6.134, de 10 de janeiro de 2024, nº 6.292, de 15 de janeiro de 2025, nº 6.323, de 11 de fevereiro de 2025 e nº 6.396, de 28 de maio de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 23 de junho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume e na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Diretora da Secretaria de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO nº 6.426, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a autorização de transposição de recursos orçamentários que especifica.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizado a transposição de recursos orçamentários, no valor de R\$ 1.290.000,00 (um milhão, duzentos e noventa mil reais) conforme artigo 9º da lei nº 3240, de 28 de junho de 2024, conforme dotações específicas abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO

02.01– GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

02.01.01– Gabinete

04.122.0002.2002 – Manutenção do Gabinete

1 – 3.1.90.11.00– 1 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal

Civil.....R\$ 70.000,00

2 – 3.1.90.13.00– 1 – Obrigações

Patronais.....R\$ 20.000,00

4 – 3.3.90.30.00– 1 – Material de

Consumo.....R\$ 65.000,00

6 – 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa

Jurídica.....R\$ 30.000,00

Subtotal.....

.....R\$ 185.000,00

02.01.02– Assessoria de Planejamento Econômico/Financeiro

04.122.0002.2003 – Manutenção da Assessoria Econômico Financeiro

8 – 3.1.90.11.00– 1 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal

Civil.....R\$ 85.000,00

Subtotal.....

.....R\$ 85.000,00

02.01.03– Assessoria Jurídica

04.122.0002.2004 – Manutenção Da Assessoria Jurídica

21 – 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa

Jurídica.....R\$ 40.000,00

Subtotal.....

.....R\$ 40.000,00

02.01.04– Fundo Social de Solidariedade

04.122.0002.2006 – Manutenção do Fundo Social de Solidariedade

28 – 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa

Jurídica.....R\$ 20.000,00

Subtotal.....

.....R\$ 20.000,00

02.02– DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

02.02.01– Secretaria

04.122.0004.2007 – Manutenção da Secretaria

38 – 3.3.90.40.00– 1 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ.....R\$ 170.000,00

Subtotal.....

.....R\$ 170.000,00

02.06– DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.06.04– Setor de Ensino Fundamental - Transporte

12.361.0012.2032 – Manutenção do Ensino Fundamental - Transporte

209 – 3.3.90.39.00– 2 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa

Jurídica.....R\$ 400.000,00

Subtotal.....

.....R\$ 400.000,00

02.07– DIVISÃO DE CULTURA

02.07.01– SETOR DE CULTURA - BIBLIOTECA/VIDEOTÉCA

13.392.0017.2040 – MANUTENÇÃO DO SETOR DE CULTURA, BIBLIOTECA E VIDEOTÉCA

229 – 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa

Jurídica.....R\$ 10.000,00

Subtotal.....

.....R\$ 10.000,00

02.10– SERVIÇO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.10.01– Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0023.2065 – Manutenção do Setor de Agricultura e Meio Ambiente

284 – 3.1.90.13.00– 1 – Obrigações

Patronais.....R\$ 10.000,00

Subtotal.....

.....R\$ 10.000,00

Valor da publicação R\$ 30.244.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Atos Oficiais

O DIA - 11 a 17/07/2025

02.11– DIVISÃO DE ESPORTE RECREAÇÃO E TURISMO		
02.11.01– Setor de Atividades Esportivas		
27.812.0026.2050 – Manutenção do Setor de Atividades Esportivas		
297– 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa		
Jurídica.....R\$ 50.000,00		
27.813.0026.2051 – Manutenção do Setor de Atividades Recreativas		
304– 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa		
Jurídica.....R\$ 20.000,00		
Subtotal.....		
.....R\$ 70.000,00		
02.13– SANEAMENTO		
02.13.01– SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO		
17.512.0013.2064 – MANUTENÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO		
317– 3.3.90.39.00– 1 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa		
Jurídica.....R\$ 300.000,00		
Subtotal.....		
.....R\$ 300.000,00		
TOTAL GERAL		
.....R\$ 1.290.000,00		
<p>Art. 2º A cobertura da transposição de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 1.290.000,00 (um milhão, duzentos e noventa mil reais), sairá das dotações abaixo discriminadas:</p>		
<p>02 – PODER EXECUTIVO</p>		
<p>02.01– GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS</p>		
<p>02.01.03– Assessoria Jurídica</p>		
<p>04.122.0002.2004 – Manutenção da Assessoria Jurídica</p>		
<p>15 – 3.1.90.11.00– 1 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal</p>		
<p>Civil.....R\$ 30.000,00</p>		
<p>Subtotal.....</p>		
<p>.....R\$ 30.000,00</p>		
<p>02.02– DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO</p>		
<p>02.02.02– Seção de Pessoal</p>		
<p>04.122.0004.2008 – Manutenção da Seção de Pessoal</p>		
<p>42 – 3.1.90.11.00– 1 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal</p>		
<p>Civil.....R\$ 120.000,00</p>		
<p>Subtotal.....</p>		
<p>.....R\$ 120.000,00</p>		
<p>02.02.04– Seção de Almoxarifado e Oficina Mecânica</p>		
<p>04.122.0004.1004 – Reforma e/ou Ampliação do Almoxarifado/Oficina</p>		
<p>56 – 4.4.90.51.00– 1 - Obras e</p>		
<p>Instalações.....R\$ 40.000,00</p>		
<p>04.122.0004.2010 – MANUTENÇÃO DA SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E OFICINA</p>		
<p>MECÂNICA</p>		
<p>57 – 3.1.90.11.00– 1 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal</p>		
<p>Civil.....R\$ 250.000,00</p>		
<p>58 – 3.1.90.13.00– 1 – Obrigações</p>		
<p>Patronais.....R\$ 50.000,00</p>		
<p>Subtotal.....</p>		
<p>.....R\$ 340.000,00</p>		
<p>02.04– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</p>		
<p>02.04.01– Manutenção dos Serviços de Assistência Social</p>		
<p>08.241.0008.2022 – Manutenção do Serviço de Assistência Social - Geral</p>		
<p>111 – 3.1.90.11.00 – 1 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal</p>		
<p>Civil.....R\$ 100.000,00</p>		
<p>112 – 3.1.90.13.00 – 1 – Obrigações</p>		
<p>Patronais.....R\$ 50.000,00</p>		
<p>Subtotal.....</p>		
<p>.....R\$ 150.000,00</p>		
<p>02.06– DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA</p>		
<p>02.06.04– Setor de Ensino Fundamental - Transporte</p>		
<p>12.361.0012.2032 – Manutenção do Ensino Fundamental - Transporte</p>		
<p>205 – 3.3.90.30.00– 5 - Material de</p>		
<p>Consumo.....R\$ 200.000,00</p>		
<p>210 – 3.3.90.39.00– 5 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa</p>		
<p>Jurídica.....R\$ 200.000,00</p>		
<p>Subtotal.....</p>		
<p>.....R\$ 400.000,00</p>		
<p>02.07– DIVISÃO DE CULTURA</p>		
<p>02.07.01– Setor De Cultura - Biblioteca/Videoteca</p>		
<p>13.392.0017.2040 – Manutenção do Setor de Cultura, Biblioteca e Videoteca</p>		
<p>222 – 3.1.90.11.00– 1 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal</p>		
<p>Civil.....R\$ 50.000,00</p>		

Subtotal.....		
.....R\$ 50.000,00		
02.09– DIVISÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS		
02.09.02– Setor de Planejamento Urbano		
15.451.0019.2043 – Manutenção do Planejamento Urbano		
261 – 3.1.90.11.00– 1 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal		
Civil.....R\$ 100.000,00		
Subtotal.....		

.....R\$ 100.000,00		
02.09.04– Setor de Iluminação Pública		
15.452.0021.2045 – Manutenção da Iluminação Pública		
282 – 3.3.90.39.00– 1 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa		
Jurídica.....R\$ 100.000,00		
Subtotal.....		
.....R\$ 100.000,00		
TOTAL GERAL		
.....R\$ 1.290.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 23 de junho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria do Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.427, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a substituição de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados para complementação de mandato até o dia 05 de março de 2027, os representantes do Poder Público no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

Representantes da Secretaria Municipal de Finanças
Titular: Philippe de Moraes Gama
Suplente: Flávia Moreira Batista de Souza

Art. 2º Ficam mantidos até o final do mandato em 05 de março de 2027, os demais membros constantes nos Decretos nº 6.357, de 25 de março de 2025 e 6.386, de 15 de maio de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Pompeia, 23 de junho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA
Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume e na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto
Diretora da Secretaria de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO nº 6.428, DE 30 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a autorização de transposição de recursos orçamentários que especifica.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Valor da publicação: R\$ 30.24.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Art. 1º Fica autorizado a Transposição de recursos orçamentários, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil), conforme artigo 9º da Lei nº 3240, de 28 de junho de 2024.

02 – PODER EXECUTIVO

02.01– GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

02.01.01– Gabinete

04.122.0002.2002 – Manutenção do Gabinete

7 - 4.4.90.52.00 – Material e Equipamento Permanente

TOTAL.....

R\$ 200.000,00

Art. 2º A Cobertura da Transposição de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sairá das dotações abaixo discriminadas:

02 – PODER EXECUTIVO

02.09– DIVISÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

02.09.01– Seção de Estradas Municipais

26.782.0025.1052 – Construção de Taludes em Estradas Rurais

246 – 4.4.90.5100 Obras e

Instalações..... R\$ 200.000,00

TOTAL.....

R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 30 de junho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Diretora da Secretaria do Gabinete

Valor da publicação: R\$ 30.24.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

Prefeitura Municipal de Pompeia, 30 de junho de 2025.

DIOGO CESCHIM MONTEFUSCO SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume na data supra.

Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Diretora da Secretaria de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPEIA

DECRETO Nº 6.430, DE 1º DE JULHO DE 2025

Aprova a Resolução nº 80, de 1º de maio de 2025, que dispõe sobre a transposição de recurso orçamentário no orçamento do Departamento de Higiene e Saúde de Pompeia que especifica.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA, Prefeito Municipal de Pompeia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovada a Resolução nº 80, de 1º de julho de 2025, do Departamento de Higiene e Saúde de Pompeia, que dispõe sobre a transposição de recursos orçamentários do Departamento de Higiene e Saúde, consoante o art. 9º, da

lei nº 3.240, de 28 de junho de 2024, no valor de R\$ 320.000,00(trezentos e vinte mil reais), conforme dotação abaixo especificada:

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.05 – ACADEMIA SAÚDE

10.301.0041.2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES / AÇÕES DA(S) ACADEMIAS(S) DE SAUDE

55 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS 03.02.08 –TRANSPORTE

10.302.0042.2071 – MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE

78 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 15.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.09 – SERVIÇO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA

10.302.0042.2073 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES / ATIVIDADES / SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

89 – 3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... R\$ 300.000,00

TOTAL.....

..... R\$ 320.000,00

Art. 2º A cobertura da transposição de que trata o artigo anterior será feita com o recurso de Anulação de Dotação, no valor de R\$ 320.000,00(trezentos e vinte mil reais), conforme dotação abaixo discriminada:

03.02 – ENTIDADES AUTARQUICAS

03.02.05 – ACADEMIA SAUDE

10.301.0041.2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES / AÇÕES DA(S) ACADEMIAS(S) DE SAUDE.

54 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física 5.000,00

03.02 – ENTIDADES AUTÁRQUICAS

03.02.08 –TRANSPORTE

79 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo..... R\$ 10.000,00

81 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica..... R\$ 5.000,00

II – Escuta qualificada e acolhimento humanizado das famílias, usuários e dependentes químicos;

III – Participação social e valorização dos saberes locais e comunitários;

IV – Intersetorialidade na construção e execução das ações do programa;

V – Promoção de políticas públicas pautadas na redução de danos, inclusão social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Art. 4º A coordenação geral do Programa *IntegraVida* ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico, em articulação com os demais órgãos e conselhos envolvidos.

Art. 5º O Programa *IntegraVida* constitui um serviço complementar às iniciativas de acompanhamento familiar e ao trabalho social com famílias e indivíduos, previstas nas políticas públicas de assistência social, saúde e educação.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

03.02 – ENTIDADES AUTÁRQUICAS

03.02.09 – SERVIÇO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA

10.302.0042.2073 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES / ATIVIDADES / SERVIÇOS DA ATENÇÃO
ESPECIALIZADA

90 - 3.3.50.41.00

Contribuições..... R\$

300.000,00

TOTAL.....

..... R\$ 320.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Prefeitura Municipal de Pompeia, 1º de julho de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM SILVA

Prefeito Municipal de Pompeia

Registrado na Secretaria do Gabinete, afixado e publicado no local de costume na
data supra.

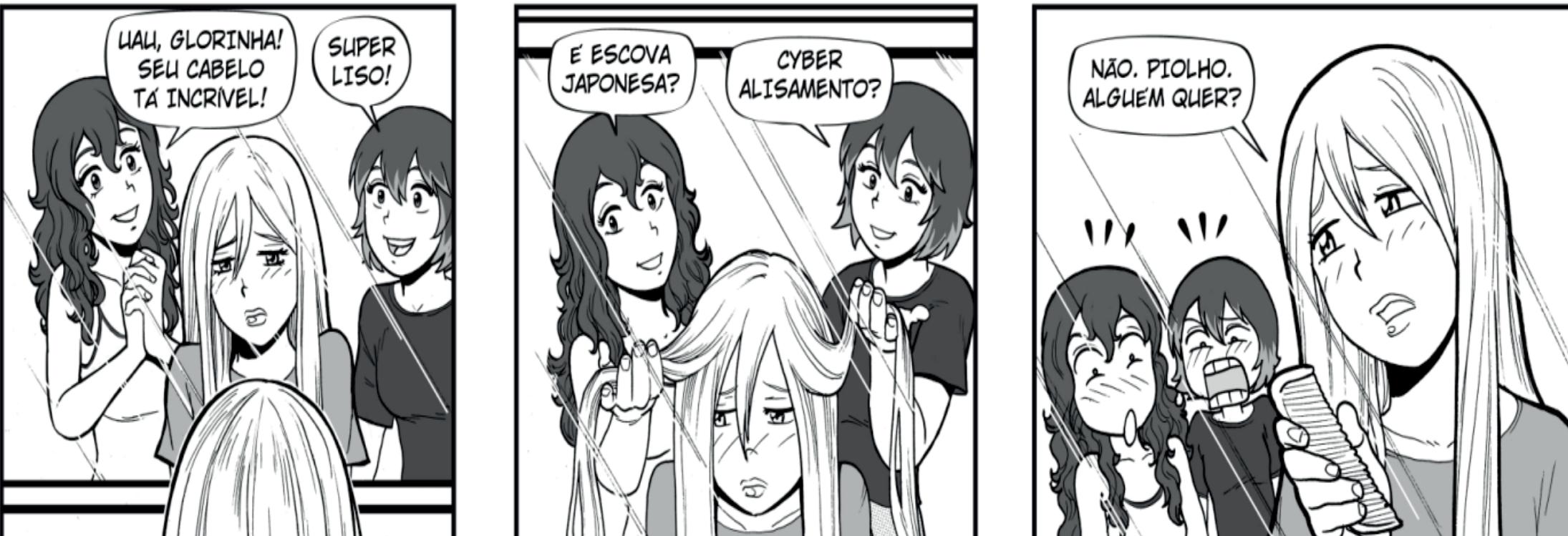
Roseli Aparecida de Oliveira Vidal Rissatto

Diretora da Secretaria do Gabinete

Valor da publicação: R\$ 4,48.

Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

LULUZINHA TEEN

Valor da publicação: R\$ 53,76.
Conforme Lei Municipal Nº 2.650, de 30 de março de 2016

SALVE OS NOSSOS contatos



UNIDADES DE SAÚDE	NÚMERO
UBS ANGELINA PALON OLIVA - PIRAJÁ	3535-0844
UBS VALDIR ALVES PEREIRA - BANDEIRANTES	3535-0777
USF DR. ALDO DE OLIVEIRA LINO - PAULÓPOLIS	3405-1549
USF DR. PAULO MINANI - JD. JOSÉ JANUÁRIO	3405-1543
USF DR. FLÁVIO FARIA JORDÃO - TUFIC	3405-1544
USF ELYSIO PRADO MOREIRA - FLÂNDRIA	3405-1548
USF LUIZ PADILHA DE OLIVEIRA - POSTÃO	3405-1547
USF MARLI MARTINS - PRIMAVERA	3535-1144
USF ODAIR AP. ROQUE BOTTER - ZUGÃO	3405-1545
USF JOÃO NASCIMENTO TELLES - SANTA CASA	3405-1546

ACADEMIAS	NÚMERO
ACADEMIA MUNICIPAL VIDA	3405-2804
ACADEMIA PAULÓPOLIS	(14) 99906-8836

TRANSPORTE	NÚMERO
AGENDAMENTO TRANSPORTE	3452-1430
TRANSPORTE	3405-1189

CENTROS	NÚMERO
CENTRAL DE MEDICAMENTOS	3405-2800
CENTRO DE FISIOTERAPIA	3405-2808
CENTRO DIA DO IDOSO	3405-1541
CENTRO DE REF. ASS. SOCIAL - CRAS	3405-2940
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	3405-2805
CENTRO DE ESP. ODONTOLÓGICAS - CEO	3405-2803
CENTRO DE ESP. MÉDICAS - POMPEIA	3405-2801
CENTRO DE ESP. MÉDICAS - PAULÓPOLIS	3535-1111

AMAI	NÚMERO
AMAI	3535-0020

SANTA CASA	NÚMERO
SANTA CASA DE POMPEIA	3405-2010

VIGILÂNCIA SANITÁRIA	NÚMERO
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3405-2806

GATIL MUNICIPAL	NÚMERO
GATIL MUNICIPAL	3535-0938

ARRASTE E CONFIRA O CALENDÁRIO VACINAL POR IDADES



Pequeno gesto, grande proteção!



CRIANÇAS E ADOLESCENTES

9 ANOS	• Dose única - HPV
11 ANOS	• Meningo ACWY
10 A 14 ANOS	• Vacina da Dengue

ADULTOS

- Febre Amarela - dose única
(se nunca tiver sido vacinado)
- Vacina Difteria e Tétano
(Reforço a cada 10 anos)
- Vacina Hepatite B
(3 doses, dependendo da situação vacinal)
- Sarampo, Caxumba e Rubéola
(2 doses de 20 a 29 anos e 1 dose acima de 30 anos)
(avaliar situação vacinal)



DO NASCIMENTO AOS 4 ANOS

AO NASCER	• BCG • Hepatite B	7 MESES	• 2ª Covid-19
2 MESES	• 1ª Pentavalente • 1ª VIP • 1ª Rotavírus • 1ª Pneumo 10	9 MESES	• 1ª Febre Amarela • 3ª Covid-19 (dose realizada de acordo com a vacina disponível)
3 MESES	• 1ª Meningo C	12 MESES	• 1ª SCR • Reforço Pneumo 10 • Reforço Meningo C
4 MESES	• 2ª Pentavalente • 2ª VIP • 2ª Rotavírus • 2ª Pneumo 10	15 MESES	• 2ª SCR • 1ª Varicela • 1º Reforço DTP • Reforço VIP • Hepatite A
5 MESES	• 2ª Meningo C	4 ANOS	• 2º Reforço DTP • 2ª Febre Amarela • 2ª Varicela
6 MESES	• 3ª Pentavalente • 3ª VIP • 1ª Covid-19 • Influenza		

ANUALMENTE: Influenza



Valor da publicação: R\$ 103,68.
Conforme Lei Municipal N° 2.650, de 30 de março de 2016

GESTANTES

- | | |
|------------|--------------|
| • dTpa | • Hepatite B |
| • Covid-19 | • Influenza |

IMPORTANTE: A gestante deve levar o cartão de vacinas para avaliar o histórico vacinal.

ACIMA DE 60 ANOS

- Difteria e Tétano
(Reforço a cada 10 anos)
- Hepatite B
(3 doses dependendo da situação vacinal)
- Febre amarela
(1 dose, se nunca vacinado, necessário avaliar situação de saúde)
- SCR
(1 dose, dependendo da situação vacinal)
- Covid-19
(dose anual)
- Influenza
(dose anual)

